

AS PRIMEIRAS “SENTINELAS DOS MARES” CUMPREM SUA DERROTA: ADEUS, MINHA ESCOLA QUERIDA!*

Adeus, minha Escola querida

Adeus, vou à Pátria servir;

Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus,

Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]

Letra e música do Aspirante Luiz F. de Magalhães

HERCULES GUIMARÃES HONORATO**

Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM)

MARIA CAROLINA DIAS CAVALCANTE COSTA

Aspirante (IM)

JULIANA MARTINS BRAGA

Aspirante (IM)

SUMÁRIO

Introdução

A mulher nas Forças Armadas brasileiras via formação superior

As primeiras “Sentinelas dos Mares”

Análise do instrumento de coleta de dados

Considerações finais

INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil (MB) foi a pioneira, em 1980, na admissão de mulheres em seus quadros, cujo objetivo principal era liberar o militar operativo para as “atividades relacionadas diretamente com a preparação e o emprego do

Poder Naval” (MENDES, 2010, p. 1). Ao longo dos anos, acompanhamos uma evolução com criação de novas oportunidades para mulheres nas Forças Armadas brasileiras, que, seguindo a experiência positiva da Marinha, incorporam mulheres em suas fileiras: a Aeronáutica em 1982 e o Exército em 1992. Cada uma das Forças

* Publicado na *Revista de Villegagnon*, 2017.

** Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (EGN) e mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (Unesa).



Figura 1 – A Formatura, 9 de dezembro de 2017

Armadas foi ampliando o percentual feminino efetivo conforme suas necessidades e experiências com o trabalho durante esses mais de 30 anos.

Seguindo na vanguarda, a MB abrihantou o contexto histórico da inclusão de gênero quando, em 2012, promoveu a médica Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de contra-almirante, sendo a primeira mulher a atingir o cargo de oficial-general. Nesse caminho, podemos salientar que a construção da identidade do militar sempre esteve associada à figura do homem, seja na Marinha, no Exército ou na Força Aérea, o que se tornou, antropológica e socialmente, uma construção histórica de conquistas vitoriosas e recuos sentidos, tendo um grande desafio, que era a entrada das mulheres em um mundo até então exclusivamente masculino.

Em 2014, a Escola Naval (EN) recebeu a primeira turma de aspirantes do sexo feminino em seu curso de graduação. Futuramente, atuariam na área de apoio como oficiais do Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). As “pioneiras”, como foram denominadas, significavam à época apenas 1,5% do total do corpo discente, um coletivo que desconhecia como companheiros de farda a figura feminina, que, a partir daquele ano, estaria lado a lado nas ordens-unidas, nas formaturas, nas salas



Figura 2 – Período de Adaptação, janeiro de 2014

de aula, nas atividades esportivas, em síntese, no dia a dia da caserna, na parte alta da Ilha de Villegagnon.

Atualmente, a EN possui aspirantes mulheres em todos os quatro anos da graduação, em um total de 46, sendo 12 no último ano (o foco de nosso estudo), dez no terceiro, 11 no segundo e 13 no primeiro. Podemos verificar que nem todas conseguiram o sucesso de ultrapassar as barreiras de uma formação rígida acadêmica e de limites inerentes às atividades de educação física, mas continuam com o sonho de saírem oficiais da Marinha do Brasil, bacharéis em Ciências Navais.

Assim exposto, o propósito deste estudo é identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras aspirantes em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento no decorrer dos quatro anos vividos na EN. A abordagem desta investigação é de cunho qualitativo, tendo como metodologia principal um questionário com perguntas abertas e fechadas para as doze aspirantes. A questão que norteou este estudo foi: como se desenvolveram como militares e mulheres durante a graduação na EN, em um espaço predominantemente masculino?

A MULHER NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS VIA FORMAÇÃO SUPERIOR

O trabalho feminino teve o seu ponto de ruptura, no que tange ao reconhecimento da sociedade como força de trabalho, durante a Revolução Industrial. Os novos fatores introduzidos pela industrialização afetaram a força de trabalho de ambos os sexos. “A mulher, antes considerada mais fraca para o trabalho braçal, poderia

contar com instrumentos que fariam a produção depender menos de força física” (SOUTO MAIOR, 2008 *apud* TREVISI, 2008, p. 23). A busca pela igualdade de gênero no mercado de trabalho é alvo de discussões desde a inserção da mulher na esfera trabalhista, principalmente no que tange a assuntos em que sua colocação irá lhe exigir maiores condições físicas, como é o caso da carreira militar.

Toda essa evolução e os movimentos para equalização de oportunidades entre homens e mulheres não poderiam deixar o trabalho nas Forças Armadas fora deste processo, pois “enquanto as mulheres forem excluídas deste círculo restrito, a instituição não desenvolverá todo o seu potencial” (SHIELDS, 1998, p. 110). Em um estudo realizado pelo Instituto Igarapé¹, alguns mitos sobre a entrada de mulheres nas Forças Armadas do Brasil são quebrados, como aquele que afirma que a presença de mulheres afeta a moral e a coesão das tropas; ao contrário, estudos demonstram que a integração melhora a moral e o profissionalismo dos combatentes.

Como Força Armada brasileira, a MB destacou-se como pioneira ao admitir mulheres em seu quadro no ano de 1980, como já comentado. O quadro 1 apresenta a evolução da incorporação de mulheres militares, explicitando as principais formas de ingresso, que representaram marcos históricos e legais, e seus respectivos anos de admissão, bem como os quadros e corpos que foram constituindo ao longo de suas carreiras militares.

Atualmente, as mulheres em formação superior militar participam das academias militares congêneres. A Aeronáutica foi a pioneira na inserção de mulheres nas suas fileiras da Academia da Força Aérea

1 Situado na cidade do Rio de Janeiro, tem como propósito sugerir soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. Disponível em: <<https://igarape.org.br/sobre/sobre-o-igarape/>>. Acesso em: 06 out. 2017

FORÇA	MARINHA	FORÇA AÉREA	EXÉRCITO
ANO DE ADMISSÃO	1980	1982	1992
QUADRO / CORPO	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva	Corpo Feminino da Reserva	Quadro Complementar de Oficiais
MARCO LEGAL	Lei nº 6.807, de 1980	Lei nº 6.924, de 1981	Lei nº 7.831, de 1989
ANO DE ADMISSÃO	2014	1995	2017
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Intendência	Cadetes da Academia da Força Aérea Intendência	Cadetes da Escola Preparatória de Cadetes do Exército
MARCO LEGAL	Lei nº 12.704, de 2012	Aviso ministerial nº.006/GM3/024, de 1995	Lei nº 12.705, de 2012
ANO DE ADMISSÃO	2019	2003	2018
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Armada e Fuzileiros Navais	Cadetes da Academia da Força Aérea Pilotos	Cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras
MARCO LEGAL	Memorando ET-2017/03-01142 de 10/04/17	Portaria nº 556T/GC3, de 2002	Lei nº 12.705, de 2012

Quadro 1 – Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas

Fonte: Ministério da Defesa

(AFA), admitindo, em 1995, para o Quadro de Intendentes; oito anos depois, em 2003, também foi aberto a elas o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. A Marinha foi a força sucessora, que incorporou, em 2014, 12 mulheres ao seu Corpo de Intendentes da Marinha da EN. Por fim, 40 jovens se apresentaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (Espcex), em Campinas, São Paulo, e estarão formando fileiras na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) em 2018, podendo se incorporar ao quadro de Material Bélico ou ao Serviço de Intendentes.

O ingresso da mulher na carreira militar, portanto, simboliza um

grande avanço na busca pela igualdade de gênero, sendo então um “marco nacional, com importantes repercussões e reflexos, não apenas no âmbito das Forças Armadas, mas na sociedade brasileira de modo geral” (ANDRARA; PERES, 2012, p. 54), abrindo, dessa maneira, novas expectativas profissionais para a esfera militar e eviden-



Figura 3 – O recebimento das platinas do 1º ano

ciando a grande importância da integração entre homens e mulheres.

AS PRIMEIRAS “SENTINELAS DOS MARES”

Com o advento da entrada das primeiras 12 aspirantes mulheres em 2014, a EN passou a contar com a presença de três oficiais que foram nomeadas e designadas para enfrentarem esse novo desafio. A primeira a integrar a equipe foi uma pedagoga e, posteriormente, uma intendente da Marinha e uma psicóloga. O que também se tornou um fato precursor foi a presença dessas mulheres militares compondo o quadro de oficiais do Comando do Corpo de Aspirantes (ComCA). Vale ressaltar, ainda, que essa quebra de paradigma foi importante para que se começasse a imbuir uma nova conduta aos oficiais e aspirantes que já pertenciam à Escola, fazendo com que todos, corpo docente e discente, se familiarizassem com a presença de companheiras femininas a partir daquele momento.

Foi no dia 12 de janeiro de 2014 que as pioneiras chegaram à Ilha de Villegagnon, para se apresentarem e iniciarem o período de adaptação, momento em que, pela primeira vez, haveria o contato entre homens e mulheres que estavam ali com o mesmo propósito: tornarem-se aspirantes. O período em questão é o momento em que ocorre a transição da vida civil para a vida militar, é a fase em que aprendem sobre as regras e os atributos basilares da formação militar-naval, a hierarquia e a disciplina. No Estágio de Adaptação, segundo Honorato e Rabello (2014, p. 11), “os novatos não têm tempo nem para pensar, com todos os momentos ocupados por algumas atividades, desde físicas, militares e até burocráticas”. Durante esse período, passaram por grandes

incitações e mudanças relevantes para que pudessem construir sua nova identidade, a de mulher militar em formação.

Ao passarem por essas semanas de árduo treinamento e aprendizado, puderam conquistar suas platinas e galgar ao posto de aspirantes da Marinha. Porém ainda era o começo de uma grande derrota, com muitos óbices a serem vencidos. A integração entre os gêneros dentro da turma fora iniciada na adaptação; no entanto, ainda seria algo fomentado dentro do Corpo de Aspirantes por mais quatro anos. As aspirantes participam ativamente em vários setores da EN. No esporte, destacam-se por estarem frequentemente no pódio nas competições; no acadêmico, algumas compõem o quadro de monitoras de disciplinas; no setor sociocultural, fazem parte de alguns cargos da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN) e estão sempre envolvidas na elaboração dos eventos; entre outras atividades. Ademais, é importante informar que cinco delas participaram como adaptadoras, seja como auxiliares ou encarregadas, nos diversos setores da adaptação, em 2016 e 2017, quando conseguiram demonstrar a liderança que possuem, transformando homens e mulheres civis em militares.

A Capitão de Corveta (IM) Geórgia Rita Macieira Ramos Nizer, uma das primeiras oficiais que chegaram à EN para auxiliar na integração e no desenvolvimento das aspirantes, relatou: “As 12 aspirantes conseguiram, durante esses anos, angariar lugares que não imaginávamos. Elas sem dúvidas ultrapassaram as expectativas que nelas depositamos. Mas cabe a mim também salientar que ainda há inúmeros espaços na Escola Naval que as próximas aspirantes das turmas subsequentes podem conquistar, mostrando cada vez mais a capacidade que a mulher militar tem de exercer as mesmas funções que os homens”.

ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Esta pesquisa teve como principal instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas às 12 aspirantes pioneiras, com o propósito de compreender da melhor maneira como foi o processo de integração entre os gêneros. Como foi preciso cumprir com o número de páginas designadas para o presente estudo, optou-se por elucidar somente algumas questões que focam diretamente no problema em questão. A fim de preservar a identidade das respondentes quando suas respostas forem mencionadas, elas foram denominadas pelo código alfanumérico “Asp.1” a “Asp.12”, escolhidas aleatoriamente, sem levar em consideração sua classificação na turma.

Na pergunta que tratava de conhecer qual a grande dificuldade enfrentada durante os quatro anos de EN em relação à integração com os aspirantes de gênero masculino da sua própria turma, a resposta foi unânime: a diferença imposta pela própria organização. As seguintes respostas podem ratificar: “normas diferentes impostas, como não poder circular nos corredores dos camarotes, e diferença nos serviços por sermos mulheres” (Asp.12); “das diferenças, principalmente nos primeiros anos, quando cursamos disciplinas distintas dos demais, ou pelo fato de termos deixado de cursar certos assuntos” (Asp.4). Além disso, acrescentando a essa questão, a Asp.8 contribuiu com outro ponto de vista: “a desconfiança quanto à nossa competência e capacidade de cumprir todas as atividades necessárias aqui. Quebrar essa situação inicial demandou certo tempo e nos manteve ‘distantes’ da turma por um tempo”.

Como as novas aspirantes representam um ineditismo na formação superior militar da MB, a presença delas no início incomo-

dava sobremaneira os homens, pois estes acreditavam que elas possuíam privilégios: “o fato de ‘levarmos vantagens’ se torna uma desculpa constante quando conquistamos algo por mérito e esforço próprio” (Asp.4); “ainda existem alguns que acham que somos muito privilegiadas” (Asp.9).

Um ponto relevante levantado no desvelar da questão foi o fato de que todas acreditam que esses inconvenientes ao longo do curso, apesar de não terem sido extintos, foram atenuados. A Asp.12 assevera que “aos poucos conseguimos quebrar as barreiras iniciais e fazê-las entender que não queremos ser tratadas de forma diferente, mas nos misturar a eles”, o que foi ratificado pela Asp.10: “Essa dificuldade persistiu, mas aos poucos foi diminuindo, devido ao tempo de convívio que fortaleceu os laços de fraternidade”.

Uma pergunta avaliou como está sendo hoje a relação delas com o universo masculino, tanto com os aspirantes quanto com os oficiais na caserna, depois de quase quatro anos de relacionamento. Umás revelaram estar esta relação tranquila, outras disseram ser de muito profissionalismo, ou mesmo normal: “A convivência se dá com muita fluidez se comparado ao início. Vejo que somos mais, de certa forma, ‘aceitas’ e estamos melhor inseridas” (Asp.1). O que chamou a atenção, porém, foi a observação exposta no que se refere ao relacionamento com os oficiais: “Alguns oficiais recém-embarcados na EN possuem uma dificuldade em lidar com a presença das aspirantes femininas” (Asp.4). Assim sendo, observa-se que elas apresentam melhor relação com os que já estão em contato com elas durante um longo período. Acredita a Asp.9 que essa resistência ocorre devido à diferença entre gerações.

Por serem minoria, diversas vezes ficam em situação de destaque, sendo a todo instante vigiadas, fato este que levou

a indagá-las sobre a possível existência da diferença no tratamento entre elas e os aspirantes masculinos. A Asp.6 diz que “é perceptível que o oficial masculino muda de certa forma seu comportamento quando está falando com aspirante do sexo feminino”. A Asp.7 revela que já ocorreram casos pontuais de discrepâncias no tratamento, mas que, em geral, este é de modo análogo.

Após os quase quatro anos de ciclo escolar, essas guerreiras vivenciam seus últimos momentos na Ilha de Villegagnon, como aspirantes, pois estarão se formando no dia 9 de dezembro de 2017². Surgiu, então uma inquietação em conhecer como elas pretendem lidar com o ambiente masculino das unidades militares para a qual forem designadas. Para isso, foram analisadas as respostas da pergunta que tratava sobre esse assunto e chegou-se à conclusão de que elas pretendem encarar com seriedade, profissionalismo e respeito, ou seja, da mesma forma que se comportam na Escola Naval. Além disso, querem mostrar que possuem competência para realizar todas as atividades militares que antes eram designadas somente aos homens.

A última questão que será retratada nesta análise tem o intuito de saber quais serão os maiores desafios das futuras tenentes intendentes após sua graduação. A maioria posiciona a conciliação entre a

família e o trabalho, mas houve também duas respostas que foram interessantes – a primeira é da Asp.6: “Manter o respeito pelo meu trabalho e minha profissão não por ser mulher, mas por dar o meu melhor e fazer tudo de forma correta”. A segunda resposta, da Asp.11, expõe que o maior desafio será “lidar com os mais modernos, tendo em vista que a cultura do País ainda não se adaptou ao fato de ver mulher em posição de liderança”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aspira-se a que se conscientizem sobre os comportamentos desejáveis que deverão seguir na profissão castrense, de dedicação à Força e à Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade que busca respaldo para um país forte e desenvolvido

Existe um aumento da participação das mulheres em diversas ocupações profissionais, até pouco tempo notadamente masculinas. A mudança estrutural nas relações entre gêneros evoluiu consideravelmente nos últimos anos e, como somos frutos de uma construção social histórica, uma vez abertas as oportunidades, as mulheres estão demonstrando seu valor e sua capacidade de decisão e liderança.

capacidade de decisão e liderança.

A história das mulheres nas academias militares começou com a AFA, em 1996, e agora continua o ciclo de conquistas com a entrada de 40 jovens brasileiras na graduação do Exército. A mulher, independentemente do seu ambiente de trabalho, é um ser à procura de deixar de ser apenas o outro, procurando ser realmente o sujeito,

² Este trabalho foi elaborado em 2017.

ativo e igual em todos os aspectos e todas as atividades de nossa vida em sociedade.

As instituições de formação superior militar desejam que as suas cadetes/aspirantes conheçam as representações sociais e militares, descubram sua vocação, aprendam o estilo de vida da tropa e os valores militares. Além disso, aspira-se a que se conscientizem sobre os comportamentos desejáveis que deverão seguir na profissão castrense, de dedicação à Força e à Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade que busca, em suas cores e ações, respaldo para um país forte e desenvolvido.

Tudo o que foi exposto em curtas pinceladas mostra a derrota pela qual as pioneiras conseguiram se estabelecer no Corpo de Aspirantes, evidenciando que é possível fazer com êxito as mesmas atividades antes executadas exclusivamente pelos aspirantes masculinos. Enfatizamos que, apesar de toda a dificuldade e da luta que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as aspirantes pioneiras têm uma carreira que enche de orgulho os seus corações, que amplia o patriotismo, que ensina respeito mútuo

e à hierarquia e em que valores como companheirismo, cordialidade, lealdade, amor à Pátria e aos símbolos nacionais serão sempre cultuados.

Ao final, o que ficou evidenciado nas respostas ao instrumento de coleta de dados foi que elas estão se preparando para dar continuidade à carreira militar, porém com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão cada vez mais um espaço maior no meio militar.

Ao chegarmos em dezembro 2017, ano de formatura da Turma Almirante Gastão Motta, da qual são integrantes participativas, quando 12 pioneiras estarão recebendo suas espadas, símbolo maior do oficial, podemos afirmar que este é o reconhecimento da Marinha do Brasil por quatro anos dedicados à construção do ser marinheiro, independente do seu gênero. Assim, como bem escrito no hino da epígrafe introdutória, poderão cantar a plenos pulmões e com lágrimas nos olhos: "*Adeus, minha Escola querida, adeus, vou à Pátria servir, adeus, camaradas gentis, adeus, adeus, adeus, eu vou partir, eu vou partir...*".

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PESSOAL>; Corpo Feminino; Escola Naval; Corpo de Intendentes da Marinha;

REFERÊNCIAS

- ANDRADA, S. A. de; PERES, H. M. *Mulheres a Bordo: 30 anos de Mulher Militar na Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro: Hmperes & Associados, 2012.
- HONORATO, H. G.; RABELLO, D. de A. "As primeiras aspirantes da Escola Naval: inclusão, trajetórias iniciais e boas-vindas às novas Sentinelas dos Mares". *Revista de Villegagnon*, ano IX, n. 9, p. 6-15, 2014.
- MENDES, L. C. K. B. *Subsídios sobre a presença da mulher na MB*. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2010.
- TREVISIO, M. A. M. "A discriminação de gênero e a proteção à mulher". *Revista do Tribunal Regional do Trabalho*, 3ª Região, Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 21-30, jan./jun. 2008.